

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Migrante Class.: Pol. Des. Regional
 Data: Fevereiro/93 Pg.: 15 260

O PLANAFLORO E AS COMUNIDADES INDÍGENAS

Mais uma vez planos governamentais, com apoio de comunidades do exterior, são feitos para resolver os problemas das Comunidades Indígenas. É o PLANAFLORO que quer resolver os problemas deixados pelo POLONOROESTE.

O PLANAFLORO (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia), reservou para o componente indígena, cerca de 1,8% do valor total do financiamento (228 milhões de dólares), que será aplicado nas áreas de fiscalização, demarcação, saúde e proteção aos índios isolados. Tem por objetivo, entre outros, sanar as seqüelas deixadas pelo Polonoroeste, pois através deste plano a BR-364 foi pavimentada, aumentando o fluxo migratório e de circulação dos recursos naturais (madeira, cassiterita), além de favorecer os planos de assentamento do INCRA, criando diversas estradas vicinais, reduzindo indiretamente, desta forma, o espaço das populações indígenas. Áreas indígenas que antes eram isoladas passaram a ter acesso por essas estradas.

DECISÕES:

O órgão decisório máximo do Planafloro é o Conselho Deliberativo (CDPLANAFLORO): Este é composto por treze órgãos governamentais e treze não governamentais, portanto trata-se de um conselho partidário. Foi instituído no dia 11 de março de 1992.

O valor total do projeto destinado a Rondônia é de 228 milhões e 900 dólares cabendo ao Brasil, especificamente ao Estado de Rondônia, entrar com o investimento de 61 milhões e 900 mil dólares. Será financiado pelo BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) ou seja, Banco Mundial, o valor de 167 milhões de dólares. Os juros anuais vão correr em escala ascendente a partir de 0,20% antes dos três anos de vencimento e o pagamento do capital deverá ser efetuado em parcelas duas vezes por ano a 15 de maio e 15 de novembro, a partir de novembro de 1997 até maio do ano 2007. Cada pagamento consistirá no valor de 8 milhões e 350 mil dólares. Todos estes acordos já foram feitos entre o Banco e o Governo de Rondônia e autorizado pelo Senado da República. Neste momento falta apenas a aprovação dos POAs (Planos Operativos Anuais), pelo Conselho Deliberativo, para o desembolso da primeira parcela do financiamento.

Cerca de 4,3 milhões de dólares, serão alocados para o apoio às comunidades indígenas, distribuídos assim: demarcação e aviventação de limites das áreas indígenas; segurança, vigilância e fiscalização; saúde; coordenação e administração. Todos os recursos serão gerenciados pela FUNAI. A FUNAI terá o apoio do IBAMA, Pelotão Florestal, Polícia Federal, Iteron, Secretaria do Estado da Educação e Secretaria do Estado de Saúde para aplicação dos recursos. Todavia as ONGs (Organizações não Governamentais) e as comunidades indígenas têm a tarefa de fiscalizar de perto todo o desenrolar do projeto.

No setor de saúde, será privilegiado o atendimento nas áreas. De acordo com o estabelecido no POA será contratado um agente de saúde que ficará permanentemente na área, com isso pretende-se reduzir

o número de índios que se deslocam até as cidades a procura de atendimento médico-hospitalar, passando por toda sorte de dificuldades. Serão criadas as equipes volantes de saúde, equipadas com médicos e um mini-ambulatório que permita o diagnóstico "in loco" dos casos menos complicados e somente os casos mais graves identificados pelo médico serão encaminhados ao atendimento especializado. O objetivo é que, aos poucos, os próprios índios se apoderem dessa técnica e que caminhem para sua autonomia

Para a identificação e proteção dos índios isolados, será reforçada a equipe já existente na FUNAI que trabalha com índios isolados e criará mais uma. Todo o trabalho será no sentido de fazer o rastreamento dos vestígios e mediante a comprovação da existência de índios, será encaminhada ao órgão competente o pedido de interdição da área. O contato direto com o povo será feito na iminência de um contato forçado. Feita a interdição da área esta ficará em estudos para

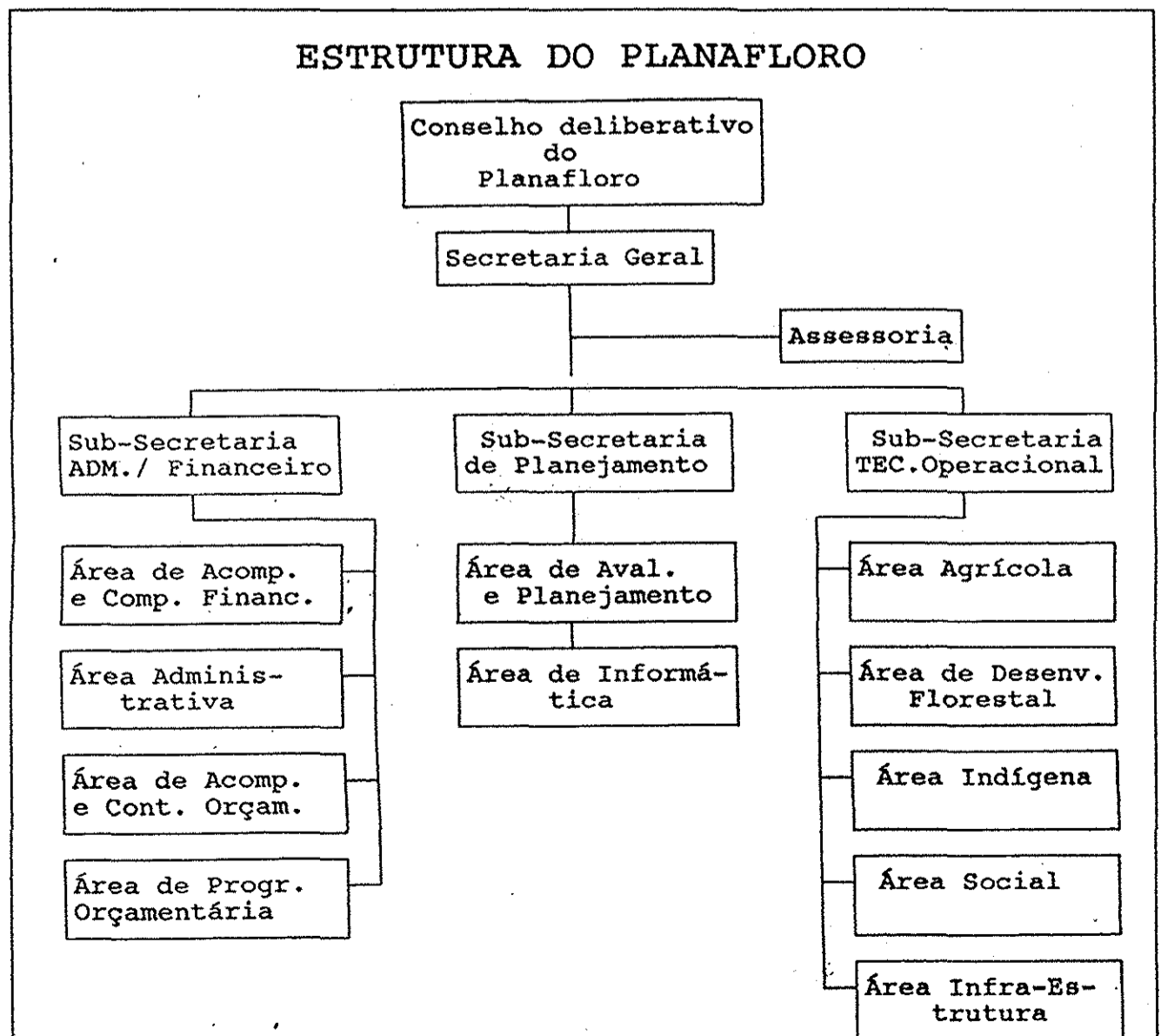
uma eventual demarcação, enquanto isso será mantida a vigilância externa da área.

Em 1993, serão demarcados um total de 975 Km de linhas secas de áreas indígenas e aviventados os limites de 12 áreas indígenas, perfazendo um total de 121.171 Km de picadas. Os trabalhos de demarcação de linhas secas terão o acompanhamento das comunidades indígenas envolvidas, e de uma equipe interinstitucional, que será composta por representantes da FUNAI, do Estado, das Organizações Indígenas e das ONGs.

Concluindo, o CIMI teme o futuro destes povos, uma vez que o Planafloro nada propõe no sentido de viabilizar a recuperação das áreas degradadas e de promover um projeto de subsistência a médio e longo prazo ●

(Luiz R. de Oliveira - CIMI/RO)

ESTRUTURA DO PLANAFLORO



XORO -